



VILAREALSTºANTONIO

1  
HélicGsl.  
A

## ATA Nº. 4/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 30 de janeiro de 2018.

Aos trinta dias do mês de janeiro de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Célia Maria Marques da Rosa Paz e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATA;
- APROVAR A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS PROPOSTOS DA RUA ANTÓNIO NOLA – SUL, RUA GONÇALO VELHO – NORTE, RUA TRISTÃO VAZ TEIXEIRA - NASCENTE E RUA PEDRO ALVARES CABRAL - POENTE;
- APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA NO ÂMBITO DAS “CASAS DO AVÔ” PARA O ANO DE 2018;

- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. MANUEL ARRIAGA E INFANTE D. HENRIQUE - CAVE (GARAGEM), EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: BARÓMETRO - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.;
- ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DO GUADIANA;
- APROVAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE CONCESSÃO DE APOIO AOS GRUPOS PARTICIPANTES NO “CARNAVAL POPULAR 2018”;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências dos Srs. Vereadores Cristina Nogueira Mira e Manuel Filipe Pôla Alturas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 946.188,33 € € (novecentos e quarenta e seis mil cento e oitenta e oito euros e trinta e três cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Presidente informou os Srs. Vereadores que até ao final da semana os documentos solicitados em anteriores reuniões seriam entregues.

Informou ainda:

Que a firma Soares da Costa, adjudicatária da obra nos jardins de Monte Gordo, iria ceder a sua posição contratual à firma "MAJA";

Que as obras na estrada de acesso ao Hotel Alcazar já foram iniciadas;

Sobre a reunião realizada com a Infraestruturas de Portugal relativa às obras de requalificação do torço da EN 125, entre Vila Real de Santo António e Tavira, foi-nos comunicado que o atraso devia-se a problemas com o Tribunal de Contas;

E sobre a linha férrea da rede de comboios entre Faro e Vila Real de Santo António iria proceder-se a eletrificação da linha férrea.

O Sr. Vereador António Murta formulou a seguinte proposta para ser agendada na próxima reunião:

"A Câmara Municipal além de transferir muitas das suas competências para a Empresa Municipal "SGU", detida a 100% pela Câmara Municipal, transferiu igualmente meios humanos e técnicos necessários à realização das tarefas da sua responsabilidade;

4  
Hélio G. L.  
X

Considerando que muitos dos trabalhos realizados no Município exigem na maior parte das vezes a intervenção conjunta dos trabalhadores afetos aos quadros da Câmara Municipal e SGU;

Considerando que a Câmara Municipal, aprovou recentemente o período de trabalho semanal e os dias de férias a que tem direito, repondo os direitos retirados aos trabalhadores;

Considerando que é do conhecimento público que existe uma discrepância entre os horários de trabalho, das férias a que tem direito e da assistência na doença dos trabalhadores da Câmara Municipal e da SGU;

Considerando que é importante eliminar as discrepâncias existentes entre trabalhadores que realizam em conjunto o mesmo tipo de trabalho.

Propomos:

1. Que se proceda de imediato à normalização dos direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal e da SGU de modo a que exista convergência de direitos entre os trabalhadores que trabalham igualmente para o Município na resolução dos problemas do Concelho;
2. Que se aplique a todos os trabalhadores da SGU o horário semanal das 35 horas e igual período de férias, em conformidade com os trabalhadores da Câmara Municipal."



O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que as 35 horas semanais já haviam sido objeto de deliberação e aprovação em sede de reunião de Câmara e em sessão de Assembleia Municipal. Relativamente à rede ferroviária referiu que teve conhecimento que os comboios andam a falhar horários. Solicitou um ponto de situação sobre a evolução do procedimento relativo aos precários e sobre a minuta de ofício para enviar ao Sr. Ministro das Infraestruturas.

Solicitou ainda que lhe fosse facultado um relatório sobre a monitorização do FAM.

A Sra. Presidente informou que estão a ser desenvolvidos os procedimentos prévios necessários e que serão abertos concursos, nos termos legalmente definidos, para regularizar a situação dos precários. Relativamente à situação da EN 125 referiu que estamos a aguardar pelo agendamento de uma reunião com o Tribunal de Contas para verificar a situação das obras de requalificação. Quanto ao relatório sobre a monitorização do FAM iria solicitar autorização àquela entidade para facultar o mesmo.

Por último a Sra. Presidente manifestou a sua admiração pela agora preocupação dos Senhores Vereadores quanto à situação laboral dos trabalhadores da empresa municipal quando antes se opuseram à mesma; Informou no entanto que a legislação que regula a situação dos trabalhadores da SGU é diferente.

A Sra. Vereadora Célia Paz referiu que apenas para esclarecer a observação da Sra. Presidente, gostaria de referir que o PS não é contra a empresa municipal mas sim contra à forma como funciona esta empresa Municipal (SGU). Solicitou informação sobre os valores cobrados pelo estacionamento no campo do Beira-Mar se foram distribuídos pelas associações da freguesia tal como havia ficado definido.

A Sra. Vereadora Carla Sabino informou que na última reunião foi aprovada uma proposta de revisão do acordo coletivo de entidade empregadora pública a celebrar com os sindicatos representativos dos trabalhadores do Município de Vila Real de Santo António, e que o regulamento relativo ao horário está a ser objeto de um estudo para a sua revisão.

A Sra. Presidente confirmou a distribuição das receitas pelas associações da freguesia de Monte Gordo, Os Quicos e pela Associação Desportiva e Recreativa.

Por ultimo, questionou o Sr. Vereador António Murta se as convocatórias para as reuniões poderiam ser efetuadas através de email, em virtude das convocatórias até então efetuadas, via correio postal, tinham vindo todas devolvidas, com os custos associados à sua expedição.

O Sr. Vereador António Murta referiu que poderiam ser efetuadas através de email se cumprissem o estipulado no regimento.

4  
-  
Hélio L  
X

**DELIBERAÇÕES:** - Foram tomadas as seguintes deliberações:

**APROVAÇÃO DE ATA.**

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias da ata aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a Ata n.º 27 da reunião ordinária realizada em 21 de novembro de 2017.

APROVAR A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS PROPOSTOS DA RUA ANTÓNIO NOLA – SUL, RUA GONÇALO VELHO – NORTE, RUA TRISTÃO VAZ TEIXEIRA - NASCENTE E RUA PEDRO ALVARES CABRAL – POENTE.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o início do procedimento da delimitação da Unidade de Execução dos Parâmetros Urbanísticos Propostos da Rua António Nola – Sul, Rua Gonçalo Velho – Norte, Rua Tristão Vaz Teixeira - Nascente e Rua Pedro Alvares Cabral - Poente e proceder à abertura de um período de discussão pública da proposta da referida unidade de execução e seus termos de referência, pelo período de vinte dias, conforme estipula o n.º2 do artigo 89.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



9  
—  
HelicGSL  
X

**APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÔNIO E A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA NO ÂMBITO DAS “CASAS DO AVÔ”, PARA O ANO DE 2018.**

= Pelo Srs. Vereadores Antônio Murta e Célia Paz, e subscrita pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Considerando que a ação social é uma das competências dos Municípios, consignada na lei;

Considerando que as “Casas do Avô” são estruturas importantes no apoio a famílias carentes, no campo da saúde, da convivência social entre outras;

Considerando que os trabalhadores afetos ao funcionamento das “Casas do Avô” ocupam funções Há 8, 9 e 10 anos, trabalhando em precariedade, sem direito à saúde e à segurança social;

Considerando que todos os edifícios onde funcionam as “Casas do Avô” são património do Município;

Considerando que a Câmara Municipal é responsável +pela conservação e manutenção de todos estes edifícios;

Considerando que a Câmara Municipal não deve apenas pensar no apoio a vulnerabilidade das pessoas carentes, mas também dos funcionários que ali trabalham.

10  
Hélio Gsl  
X

Assim:

Propomos que a Câmara Municipal assuma a gestão das “Casas do Avô”, contratando as pessoas e técnicas necessárias ao bom funcionamento destes serviços.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista e subscrita pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi aceite por unanimidade.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta “A” a da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovado o Protocolo de Colaboração entre o Município de Vila Real de Santo António e a Associação de Beneficência Mão Amiga no âmbito das “Casas do Avô”, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata, teve os votos favoráveis da proponente, e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino, pelo que foi aprovada.

A Proposta “B”, dos Srs. Vereadores António Murta e Célia Paz, e subscrita pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, teve os votos favoráveis dos proponentes, pelo que foi preterida.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. MANUEL ARRIAGA E INFANTE D. HENRIQUE - CAVE (GARAGEM), EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: BARÓMETRO - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra AJ, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8274, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 13,5 m<sup>2</sup>, destinado a garagem, localizado no gaveto da Rua Dr. Oliveira Martins, Dr. Manuel Arriaga e Infante D. Henrique - Cave (garagem) - Edifício Marina, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO NAVAL DO GUADIANA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser atribuído um apoio financeiro à Associação Naval do Guadiana, no valor de 2.500€ (dois mil e quinhentos), para a concretização do Congresso e Investidura, inserido no programa da Confraria Europeia da Vela, a realizar-se em 2018, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

## APROVAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE CONCESSÃO DE APOIO AOS GRUPOS PARTICIPANTES NO “CARNAVAL POPULAR 2018”.

O Sr. Vereador Álvaro Leal questionou se o apoio aos grupos participantes no Carnaval Popular era entregue contra fatura ou recibo.

A Sra. Presidente informou que o apoio era concedido após a entrega de fatura/recibo.

A Sra. Vereadora Célia Paz referiu que perante a proposta apresentada para a realização do Carnaval popular no valor de 7.000,00€ (valor este repartido por 14 grupos a 500€ por cada, e cada grupo composto por 20 pessoas), era um valor irrisório para a realização de um Carnaval que se quer que tenha o mínimo de qualidade. Acrescenta que no seu ver não será muito fácil arranjar fardas e tratar de toda uma logística necessária para 20 pessoas, pelo valor simbólico de 500€. Refere ainda que, após acabarmos de aprovar um subsídio de 2.500,00€ para a realização de um evento da Associação Naval (evento este, não menos importante), como vamos depois aprovar um subsídio de apenas 7.000,00€ para a realização do Carnaval do concelho. Mais afirma que, teve conhecimento do cartaz de espetáculos a realizar em Monte Gordo para animação da noite de Carnaval, acredita que os grupos que vão atuar, não serão pagos com o mero valor de 7.000,00€, acredita que será muito acima dos 7.000,00€. Pelo que reafirma que o valor de 500€ não lhe parece verba suficiente.

Neste sentido os Vereadores da Bancada do Partido Socialista apresentam a seguinte proposta alternativa, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

Hélio G. L.  


"Com base no anteriormente dito, a bancada do Partido Socialista, propõe que os grupos de Carnaval sejam comparticipados com o valor de 1.000,00€, em vez dos 500,00€ que foram propostos pela Sra. Presidente Câmara."

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista, foi aceite por unanimidade.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta "A" a da Sra. Presidente, no sentido de ser ratificado o seu Despacho de concessão de apoio aos grupos participantes no "Carnaval Popular 2018", no valor de sete mil euros (7.000,00 €), documentos que constituem parte integrante da respetiva ata, teve os votos favoráveis da proponente, e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino, pelo que foi aprovada.

A Proposta "B", dos Srs. Vereadores António Murta e Célia Paz, teve os votos favoráveis dos proponentes, pelo que foi preterida.

O Sr. Vereador Álvaro Leal absteve-se na votação das duas propostas.

#### DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



Hélio Gsl  
X

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – LISA LOPES CUNHA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – RUTE DE BRITO COSTA TRINDADE CONSTANTINO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA CELESTE RODRIGUES DOS SANTOS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Hélio Gsl  
X

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registou-se a intervenção do Sr. José Veia, que pronunciou-se sobre a situação dos precários da Câmara Municipal.

O Sr. Mariano intreviu sobre a gestão das Casas do Avô em Vila Real de Santo António e Monte Gordo.

O Sr. António José Fernandes veio dar a conhecer a constituição de um movimento de utentes da EN 125 do Sotavento, que se caracteriza como um movimento cívico, apartidário, que com o apoio e em associação com entidades públicas, como as Câmaras Municipais de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, entre outros, tem por objetivo fundamental o de, face ao estado caótico e dramático em que se encontra a mesma, impor a requalificação e dar a acessibilidade a que temos direito.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e dez minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélia Maria Mestre Veloso da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Hélia Maria Mestre Veloso da Costa Gonçalves

Hélio Gsl.